



DADOS PARA
UM DEBATE
DEMOCRÁTICO
NA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE POLÍTICA EDUCACIONAL

Escola de Tempo Integral



por Tássia Cruz, Gabriela Cuconato e Eduardo Sá



[APRESENTAÇÃO

O D3e surge com o objetivo de aumentar o uso de evidências técnicas e científicas no desenho de políticas educacionais. Para isso, uma de nossas estratégias envolve a produção de relatórios voltados a apresentar experiências e evidências de estudos locais e internacionais ligadas a assuntos relevantes à educação brasileira.

Considerando as discussões presentes no cenário atual, iniciamos com a organização de dois relatórios: um sobre Escola de Tempo Integral e outro sobre Experiências de Financiamento da Educação. Ambos olham para experiências nacionais e internacionais, e trazem aprendizados importantes para o debate de modo a informar o desenho de políticas e programas educacionais.

Esperamos que este material contribua para o fortalecimento do conhecimento e a tomada de decisões no desenho das políticas educacionais no Brasil.

BOA LEITURA!

Equipe D3e

Tássia Cruz, Maurício Holanda, João Cossi e David Plank.



DADOS PARA
UM DEBATE
DEMOCRÁTICO
NA EDUCAÇÃO

RELATÓRIO DE POLÍTICA EDUCACIONAL

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Tassia Cruz¹

Gabriela Cuconato²

Eduardo Sá³

[SUMÁRIO EXECUTIVO

A escola de tempo integral está em disputa na educação brasileira. De um lado, existe a expectativa de que mais tempo na escola trará enormes ganhos para o desenvolvimento dos estudantes – programas como o Novo Mais Educação e a Reforma do Ensino Médio, por exemplo, se apoiam em tal expectativa e buscam aumentar o número de alunos que estudam em tempo integral com o objetivo de melhorar o aprendizado. De outro, discute-se os enormes custos para desenvolver esse modelo e se tal investimento é factível na conjuntura econômica atual. Nesse contexto, questionamos se – e sob quais condições – um aumento da carga horária de aula de fato melhora o aprendizado dos estudantes e o desempenho das redes de ensino.

Neste relatório, mostramos que os resultados de estudos sobre escolas de tempo integral dependem das características de cada programa. Isto é, nem sempre um programa de aumento da carga horária escolar faz melhorar o desempenho dos alunos. De modo geral, apenas a ampliação da jornada diária não é suficiente para uma melhora significativa de desempenho. Se não é acompanhado por outras iniciativas, o crescimento da carga horária também não causa uma mudança expressiva nas taxas de aprovação e evasão.

Nossa análise se atém a seis modelos de escolas de tempo integral – (i) o programa “Educação Integral”, do estado de Pernambuco; (ii) o programa “Turno Único”, do município do Rio de Janeiro; (iii) o programa “Escola em Tempo Integral - ETI”, do estado de São Paulo; (iv) o programa “Mais Educação”, do governo federal; (v) o programa “Escuelas de Tiempo Integral”, do Chile; e (vi) o programa “Escuelas de Tiempo Integral”, do Uruguai – e o que diferentes estudos sobre esses exemplos nos informam.

1. Professora da Escola de Políticas Públicas e Governo da Fundação Getúlio Vargas (EPPG/FGV).

2. Aluna de Mestrado em Administração Pública – Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV).

3. Centro de Excelência e Inovação em Políticas Educacionais (Ceipe – EBAPE/FGV).

Formação e dedicação integral dos professores são algumas das ações tomadas por modelos que apresentaram resultados positivos para o desempenho dos estudantes. Outras mudanças importantes se referem à infraestrutura das escolas: iniciativas bem-sucedidas de adequação para o tempo integral incluíram não apenas uma maior utilização das salas de aula, mas também a existência de bibliotecas e materiais didáticos para pesquisa, espaço para interação entre professores e oferta de refeições adicionais. Programas que obtiveram sucesso também envolveram a comunidade nas atividades da escola, aumentando a participação dos pais e responsáveis, assim como da população ao redor da instituição de ensino.

Em diversos programas, a falta de recursos, como professores e coordenadores, e a inadequação do espaço físico não permitem que ocorram melhorias no desempenho escolar a partir do aumento do tempo de aula. O crescimento do tamanho das turmas e a utilização de professores sem experiência docente no contra-turno também podem ser responsáveis pelos resultados pouco animadores. Além disso, as atividades implementadas no tempo extra são essenciais para determinar o sucesso desse modelo.

Outro importante aspecto da literatura é que os resultados das escolas que mudam para tempo integral muitas vezes pioram no curto prazo. Tal efeito pode ser justificado por dificuldades iniciais na implementação dessa política. Todos os atores da comunidade escolar são participantes ativos no processo de implementação das escolas de tempo integral e ajustes podem ser necessários em todas as etapas para que o sistema proporcione resultados positivos no médio e longo prazos.

Finalmente, a compreensão da eficácia das escolas de tempo integral deve considerar a efetividade dos programas para outros resultados educacionais que não apenas o desempenho estudantil. Entre eles, auxiliar alunos com pior desempenho a permanecerem mais tempo na escola, oferecer melhores condições de suporte a alunos de áreas rurais ou em desvantagem socioeconômica, diminuir as taxas de gravidez na adolescência e de criminalidade ao aumentar o tempo no qual os alunos são supervisionados, incentivar hábitos saudáveis, como de alimentação, higiene e sociabilidade, ou mesmo possibilitar aos pais um tempo maior para trabalhar. Por tudo isso, tais programas podem produzir diversos resultados difíceis de mensurar, mas que impactam positivamente na sociedade.

A questão essencial para o formulador de políticas públicas deve ser, portanto, analisar se a melhor política para atingir tais objetivos – que vão além da melhoria do desempenho dos estudantes – é, de fato, aumentar o tempo escolar. Ou se outras políticas de menor custo focadas em diminuir as taxas de gravidez na adolescência e de criminalidade ou em incentivar hábitos saudáveis, por exemplo, poderiam ser mais eficazes.





1

ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

A DISCUSSÃO SOBRE A ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL VEM GANHANDO FORÇA NOS ÚLTIMOS ANOS. No Brasil, o número de instituições de ensino com esse perfil subiu 8,3% entre 2010 e 2016. No total, 32,14% das escolas públicas e privadas possuíam alunos estudando em tempo integral⁴ em 2016, segundo dados do Censo Escolar (Figura 1). O número de matrículas nessa modalidade também subiu 4,6% no mesmo período. Ao todo, 12,4%⁵ dos alunos estavam matriculados e cursaram o ensino básico em tempo integral em 2016 (Figura 2).

Contudo, essas proporções não estão igualmente distribuídas no Brasil. A região Sul é a mais favorecida. Em Santa Catarina, 51,48% das escolas e 16,68% das matrículas são em tempo integral. Em outro cenário, no Pará, os números caem para 10,52% das escolas e 4,64% das matrículas. O estado com maior crescimento nos últimos seis anos foi o Piauí, onde o percentual de escolas de tempo integral aumentou 15,97 pontos percentuais entre 2010 e 2016. A Figura 3 mostra as proporções de matrículas em tempo integral ao redor do país no ano de 2016.

Diversas iniciativas têm sido desenvolvidas para estimular o tempo integral nas instituições de ensino brasileiras. O Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 estipulou, na meta 6, que 50% das escolas públicas devem ser de tempo integral, sendo que 25% dos alunos da rede pública devem cursar a Educação Básica em período integral. O cenário atual adicionou duas importantes alterações à discussão do PNE sobre o

assunto: o *Novo Mais Educação*, versão reformulada do programa *Mais Educação*⁶; e a proposta de renovação do Ensino Médio⁷. Estes dois programas estão em fase inicial de implementação. O *Novo Mais Educação* já foi iniciado e algumas escolas já receberam a verba destinada, enquanto que a *Reforma do Ensino Médio* ainda se encontra em fase de planejamento e deverá ser implementada nas escolas em até cinco anos.

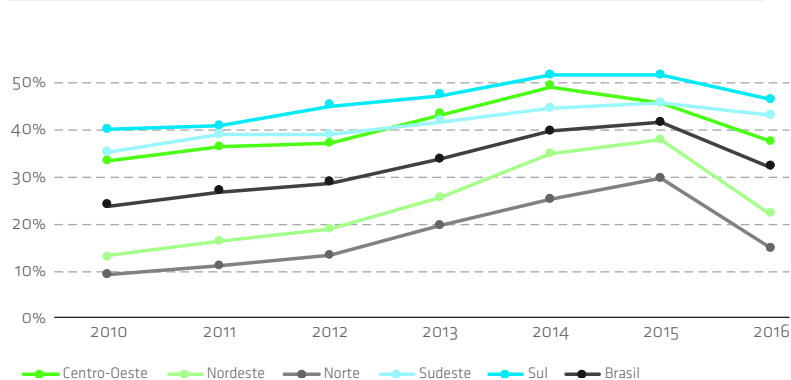
4. Segundo dados da Sinopse do Censo Escolar de 2010-2016, escolas de tempo integral são escolas nas quais pelo menos um aluno cursa o ensino básico (creche, pré-escola, ensino fundamental, ensino médio, em Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA)) em tempo integral de 7 horas, incluindo atividade complementar.

5. Considerando creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio das modalidades regular ou especial, segundo dados da Sinopse do Censo Escolar de 2010-2016.

6. A nova versão do Mais Educação foi lançada pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regida pela Resolução FNDE nº 5/2016, em substituição ao programa Mais Educação, regido pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007.

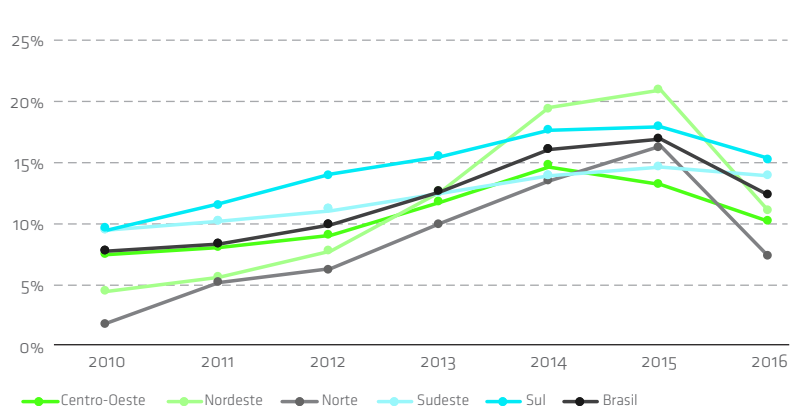
7. A reforma do Ensino Médio foi instituída pela Medida Provisória (MP) nº 746/2016.

FIGURA 1. PERCENTUAL DE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA COM MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL E POR REGIÕES



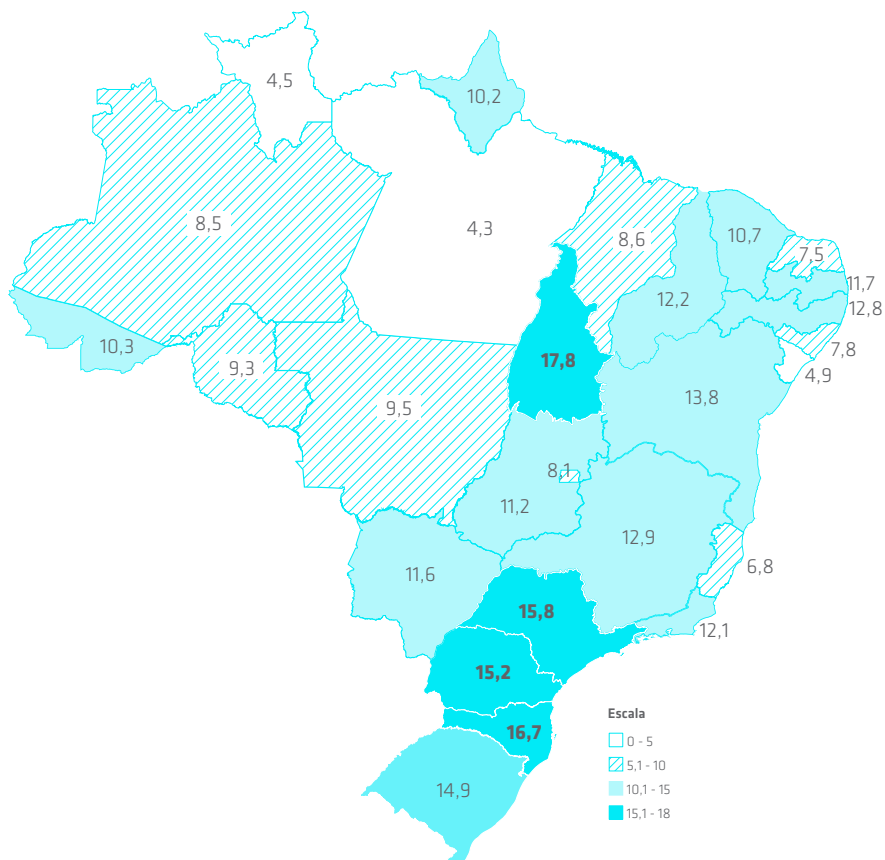
Fonte: Sinopse do Censo Escolar 2010-2016, incluindo escolas da modalidade regular e especial e com no mínimo um aluno matriculado em tempo integral no ensino básico (creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, do Ensino Regular, Especial e/ou Educação de Jovens e Adultos (EJA)).

FIGURA 2. PERCENTUAL DE MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL E POR REGIÕES



Fonte: Sinopse do Censo Escolar 2010-2016, incluindo matrículas em tempo integral do ensino regular no ensino básico no setor público e privado (creche, pré-escola, ensino fundamental e ensino médio).

FIGURA 3. PROPORÇÃO DE MATRÍCULAS EM TEMPO INTEGRAL NOS ESTADOS BRASILEIROS (EM %)



Fonte: Síntese do Censo Escolar 2016. Valores referentes ao percentual de matrículas em escolas públicas e privadas de ensino em tempo integral na Educação Infantil (creche e pré-escola), no Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e no Ensino Médio.

a] O TEMPO INTEGRAL

ANTES DE INICIARMOS A DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS DE TEMPO INTEGRAL NO BRASIL E SEUS EFEITOS, É IMPORTANTE DESTACARMOS A DIFERENÇA ENTRE “EDUCAÇÃO INTEGRAL” E “ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL”.

A primeira se refere à educação em todos os seus processos, abrangendo inclusive os aspectos físicos, afetivos e culturais dos educandos. Trataremos aqui da segunda, ou seja, da extensão do tempo que os estudantes passam na escola.

A fim de fornecer uma “educação integral” aos estudantes, os programas “de tempo integral” no Brasil incrementam o acesso à educação pública com maior tempo de permanência dos alunos nas instituições. No entanto, apenas a ampliação da carga horária não representa “educação integral”. De acordo com Cavaliere (2007), esta exige a construção de uma proposta pedagógica adequada para as funções que a instituição escolar representa na sociedade. Tal proposta — se permeada por melhores equipamentos, atividades apropriadas e condições adequadas para alunos e professores — constitui um programa de “educação

integral”. Este modelo é um ideal presente na legislação educacional brasileira, mas sua implementação ainda é pontual e esporádica.

Além disso, existem duas questões importantes a serem ressaltadas na definição do que é considerado “escola de tempo integral”. A primeira se refere ao número mínimo de horas e a segunda, às atividades desenvolvidas nessas horas. Particularmente, a carga horária mínima de uma escola de tempo integral pode variar entre seis ou sete horas diárias e esse tempo pode considerar ou não atividades complementares além das atividades regulares. Para calcular o cumprimento da meta 6 do Plano Nacional de Educação, a linha de base do PNE utiliza o conceito de sete horas (ou 420 minutos de aulas diárias), incluindo a possibilidade de atividades complementares serem desenvolvidas nesse tempo (Brasil, 2015).

Alguns indicadores levam em conta apenas escolas com mais de 70% de seus alunos em tempo integral, enquanto outros consideram que, para haver ensino em tempo integral, é necessário apenas um aluno matriculado neste modelo (como no Observatório do PNE⁸). A Sinopse do Censo Escolar, por exemplo, apresenta tanto o número de escolas com até 5% de matrículas em tempo integral quanto o número de escolas com mais de 70% de matrículas nessa modalidade — permitindo, assim, a análise dessas diferentes categorias.

Tendo tais questões em vista, o presente relatório mostra os resultados que diversos estudos revelaram sobre o desempenho dos alunos que frequentam escolas de tempo integral e outros impactos importantes na vida desses estudantes. Apresentamos também possíveis motivos para os resultados observados. Por último, discutimos se os novos programas que estão sendo implementados no país estão de acordo com os resultados apresentados para a educação em tempo integral.

⁸. Website Observatório do PNE: <http://www.observatoriodopne.org.br/>

b] PERSPECTIVAS PARA O ENSINO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL

PNE 2014

A fim de cumprir a meta 6, o PNE apresenta estratégias como **(1)** ampliação do tempo escolar; **(2)** construção de escolas; **(3)** fornecimento de recursos como infraestrutura, equipamentos, material didático e formação; **(4)** fomento da articulação da escola com diferentes espaços educativos; **(5)** parcerias com instituições privadas; e **(6)** ONGs; além de abranger **(7)** a diversidade local; **(8)** pessoas com necessidades educacionais especiais; e **(9)** otimizar o tempo de permanência nas escolas.

Os dados do último Censo indicam que o percentual de escolas públicas da Educação Básica com

matrículas em tempo integral estava, em 2016, em 32,25% — o PNE estabelece 50% como meta. Sendo assim, cerca de 47 mil do total de 146.065 instituições ofereciam ensino em tempo integral para pelo menos um aluno, com carga horária de 7 horas ou mais. Já a proporção de matrículas em 2016 foi de 12,65%, percentual bastante abaixo dos 25% da meta 6 do PNE. São cerca de 4,5 milhões de estudantes matriculados em tempo integral, do total de aproximadamente 36 milhões de alunos da Educação Básica pública cursando em média 7 horas diárias.

NOVO MAIS EDUCAÇÃO

Criado em 2007, o *Mais Educação* aumentou a carga horária das escolas participantes para 7 horas diárias, abrangendo escolas federais, estaduais e municipais dos ensinos Fundamental e Médio. Além desse aumento, o programa também enfatizou a renovação do currículo, conectando as disciplinas básicas a questões como cidadania, meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica.

O principal objetivo do programa foi melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no Ensino Fundamental. Assim, uma das diretrizes do governo foi que, no tempo extra, no mínimo uma das atividades selecionadas pelas escolas se referisse a suporte pedagógico em qualquer uma das áreas de conhecimento básico (como ciências, português e matemática). Além disso, as escolas deveriam selecionar três ou quatro campos do conhecimento e desenvolver cinco ou seis atividades em cada um.

Implementado pelo governo federal, o programa financiou as escolas participantes e ofereceu diretrizes a serem seguidas por elas. No entanto, cada rede escolar teve autonomia para determinar as características da implementação. Além disso, as unidades de ensino

escolheram as atividades a serem ofertadas a seus alunos e como alocar a verba anual recebida. A verba designada para cada escola, por sua vez, dependeu do número de estudantes participantes do programa, do número total de professores e assistentes e das atividades escolhidas para o tempo extra.

Em 2017, o governo federal lançou o *Novo Mais Educação*, versão reformulada do *Mais Educação*. O programa foi instituído com os objetivos de **(1)** contribuir para melhorar o aprendizado em língua portuguesa e matemática, incluindo alfabetização e letramento, especialmente nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental; **(2)** reduzir o abandono, a reprovação e a distorção idade/ano; e **(3)** prover acompanhamento pedagógico específico e ampliação do período de permanência das crianças e adolescentes na escola. Para uma instituição de ensino aderir ao programa, ao menos 20 alunos devem estar matriculados em jornada integral.

Com o apoio técnico e financeiro dos estados e municípios, o Ministério da Educação (MEC) irá implementar o novo programa nas escolas públicas de Ensino Fundamental, contando com a articulação

institucional e a cooperação das secretarias estaduais, distrital e municipais de educação, que indicaram as escolas habilitadas a participar. O MEC sugeriu que fossem priorizadas escolas que (1) já contavam com financiamento para tempo integral entre 2014 e 2016; (2) apresentam Índice de Nível Socioeconômico baixo ou muito baixo⁹; e (3) obtiveram baixo desempenho no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)¹⁰. Após esse processo, as indicadas formularam o Plano de Atendimento da Escola para suporte à gestão escolar, obrigatório para a participação.

Ao aderirem, foram oferecidas duas opções às escolas: atividades complementares com duração de 5 ou 15 horas por semana. Todas as participantes do programa recebem financiamento. Contudo, é importante ressaltar que apenas as que aderiram à duração de 15 horas são consideradas pelo MEC como de tempo integral, por cumprirem o requisito mínimo da jornada de tempo integral de 7 horas diárias – sendo 3 horas diárias adicionais. Assim, apenas as que optam pela inclusão de 15 horas semanais recebem recursos extras para alimentação escolar, visto que este benefício é ofertado apenas a alunos matriculados em tempo integral.

O programa exige que sejam oferecidas atividades de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática, variando apenas o tempo de duração de tais atividades conforme a opção escolhida. Para a adesão mais longa, de 15 horas por semana, pelo menos

8 devem ser destinadas a acompanhamento pedagógico. As 7 horas restantes são alocadas para atividades de escolha da escola e indicadas pela respectiva secretaria de educação.

Existem três funções exercidas pelos profissionais no *Novo Mais Educação*: (1) a função de “articulador”, (2) a função de “mediador”, e (3) a função de “facilitador”. Todos os profissionais atuam como voluntários no programa. Os professores e coordenadores pedagógicos das escolas podem atuar apenas como articuladores (quando responsáveis pela coordenação e organização das atividades). Outros voluntários atuam como mediadores (quando responsáveis pelo acompanhamento pedagógico dos estudantes), ou como facilitadores (quando responsáveis por atividades de livre escolha do programa).

Esses voluntários podem atender no máximo dez turmas e são ressarcidos de despesas com transporte e alimentação, quando no desenvolvimento das atividades de voluntariado (Ministério da Educação, 2016). Os voluntários para facilitação e mediação das atividades devem ser selecionados com base no caráter voluntário e no perfil demandado por cada atividade (Ministério da Educação, 2017). Além disso, não é estabelecida uma jornada mínima de trabalho para os professores e coordenadores. Portanto, é possível que estes e outros voluntários se dediquem ao programa por apenas poucas horas semanais.

MAIS EDUCAÇÃO X NOVO MAIS EDUCAÇÃO: O QUE MUDOU?

Apresentamos na Tabela 1 uma comparação entre o *Mais Educação* e o *Novo Mais Educação*. É possível notar que a principal mudança entre ambos se refere à carga horária: no modelo inicial, todas as escolas participantes deveriam adicionar 15 horas por semana, enquanto que no novo modelo elas podem optar por adicionar 5 ou 15 horas extras semanais, conforme suas necessidades e capacidades. Assim, mesmo unidades com limitação de estrutura e de

número de voluntários podem aumentar o tempo de estudo dos alunos que precisarem ou desejarem.

Além disso, em vez de as escolas se inscreverem no programa, no novo modelo elas são indicadas pela secretaria de educação. Há também uma redução no número de opções de atividades extras, enquanto mais horas se tornam obrigatórias para atividades pedagógicas de suporte em português e matemática.

9. De acordo com a classificação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Nesta classificação, alunos e escolas são divididas em 7 níveis (“Mais Baixo”, “Baixo”, “Médio-baixo”, “Médio”, “Médio Alto”, “Alto” e “Mais Alto”), considerando (1) posse de bens no domicílio; (2) contratação de serviços; (3) renda; e (4) escolaridade dos pais.

10. Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Brasil, criado em 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Esse índice utiliza a Prova Brasil para medir o aprendizado dos estudantes e a taxa de rendimento escolar para avaliar as escolas.

TABELA 1: COMPARAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS MAIS EDUCAÇÃO E *NOVO MAIS EDUCAÇÃO*

	MAIS EDUCAÇÃO	NOVO MAIS EDUCAÇÃO
Implementação	2007-2016	A partir de 2017
Objetivo	Melhoria da aprendizagem em língua portuguesa e matemática por meio da ampliação da jornada.	
Carga horária	7 horas/dia ou 35 horas/semana.	Opção 1: inclusão de 5 horas extras/semana. Opção 2: inclusão de 15 horas extras/semana.
Tempo Integral	Todas as escolas do programa.	Apenas em escolas que optam por 15 horas extras/semana.
Uso do Tempo Extra	Uma atividade de acompanhamento pedagógico (focada em qualquer disciplina) com duração de seis horas semanais.	Atividades de acompanhamento pedagógico em língua portuguesa e matemática, cada uma com 2,5 horas de duração, para escolas na Opção 1; e 4 horas de duração em cada disciplina – totalizando 8 horas – para escolas na Opção 2
	Três atividades nas áreas de educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos, cultura e artes; cultura digital; saúde; comunicação; investigação no campo das ciências da natureza; ou educação econômica.	Para a Opção 2, três atividades divididas nas sete horas restantes nas áreas de artes, cultura, esporte e lazer. As atividades, neste caso, devem estar inseridas no Sistema Dinheiro Direto na Escola (PDDE) Interativo ¹¹ .
Adesão	Realizada pela própria escola.	As escolas são indicadas por secretarias municipais e estaduais de educação. Cada escola indica a opção escolhida.
Recursos	Valores calculados de acordo com o número de alunos e turmas para o período de seis meses, alocados pelas escolas.	Alteração dos valores-base do modelo antigo, calculados para o período de oito meses. Além da diferença do valor-base para escolas urbanas e rurais, este programa também diferencia a quantidade de horas oferecidas para alunos do tempo integral, além da diferença do valor para atividades de livre escolha e apoio pedagógico.
Requisitos	<p>Escolas urbanas¹²:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Escolas estaduais, municipais e/ou distritais que foram contempladas com o PDE/Escola e que possuam Ideb abaixo de ou igual a 3,5 nos anos iniciais e/ou finais; Ideb anos iniciais < 4,6; e Ideb anos finais < 3,9. - Mais de 50% dos estudantes inseridos no Bolsa Família. - Escolas contempladas com PDDE/Integral nos anos de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012. <p>Escolas rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Localizadas em municípios com pelo menos 15% da população analfabeta, 25% em situação de pobreza ou 30% morando no campo. - Instituições localizadas em assentamentos de 100 ou mais famílias, áreas quilombolas ou indígenas.. 	<ul style="list-style-type: none"> - Escolas que já receberam recursos na conta PDDE Educação Integral entre 2014 e 2016. - “Muito baixo” ou “Baixo” nível socioeconômico segundo o INEP. - “Baixo desempenho” no Ideb¹³.
Monitores	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes universitários com formação específica nas áreas contempladas ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas (como mestre de capoeira e contador de histórias, por exemplo). - Estudantes do Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos (EJA). <p>Atividades não remuneradas, sendo ressarcidas apenas as despesas com transporte e alimentação dos voluntários.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Professor, coordenador pedagógico ou profissional com cargo equivalente que tenha carga horária mínima de 20 horas, em efetivo exercício, de preferência na própria instituição: <ul style="list-style-type: none"> (1) Articulador da escola, responsável pela coordenação e organização das atividades. - Outros voluntários, não necessariamente professores: <ul style="list-style-type: none"> (2) Mediador de aprendizagem, responsável por realizar as atividades de acompanhamento pedagógico. (3) Facilitador, responsável por realizar as outras atividades. <p>Todos são voluntários (sem remuneração), sendo ressarcidos apenas as despesas com transporte e alimentação..</p>

11. Desenvolvido pelo MEC em parceria com as secretarias de educação, o PDDE Interativo é uma ferramenta de apoio à gestão escolar que está disponível para todas as escolas públicas cadastradas no Censo Escolar de 2014..

12. Critérios apresentados no Manual Operacional do MEC de 2013.

13. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) utiliza uma escala que varia de 0 a 10. As escolas com menores valores nessa escala são consideradas de “baixo desempenho”. A meta do MEC para o Ideb é que as redes pública e privada alcancem, no mínimo, nota 6, que corresponde ao nível médio de desempenho dos países da OCDE.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O programa tem por objetivo flexibilizar a grade escolar. Para isso, utiliza como fundamento a Base Nacional Comum Curricular (BNCC),¹⁴ que pretende estabelecer os conhecimentos essenciais, as competências e aprendizagens que crianças e jovens de todo o país deverão ter em cada etapa da Educação Básica. Assim, além dos conhecimentos básicos, tal programa propõe que os alunos do Ensino Médio tenham a oportunidade de voltar seu aprofundamento acadêmico para áreas relativas a seus interesses, entre as opções: I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; e V – formação técnica e profissional.

Durante os três anos do Ensino Médio, apenas as disciplinas de língua portuguesa, matemática e língua inglesa serão obrigatórias. Outras, como educação física, artes, filosofia e sociologia serão incluídas por meio da nova BNCC, mas o tempo de abordagem dessas matérias ao longo do Ensino Médio não foi estabelecido. Além das competências e conhecimentos básicos, os alunos irão cursar matérias de aprofundamento na área escolhida por cada um. O ensino também poderá ser organizado em módulos, adotando o sistema de créditos, a fim de incentivar o prosseguimento dos estudos. Essas disciplinas poderão, também, ser aproveitadas durante o Ensino Superior.¹⁵

O novo programa pretende (1) aumentar o tempo que os alunos permanecem nas escolas e (2) auxiliá-los a se desenvolverem mais plenamente (Portal Brasil, 2016). A jornada deve ser ampliada progressivamente, a partir de março de 2017. Em um período de cinco anos a partir desta data, todas as escolas deverão oferecer, no mínimo, mil horas anuais de carga horária para seus estudantes. O novo Ensino Médio prevê maior investimento para que as escolas se adaptem ao tempo integral. Com este objetivo, o governo deve investir, ao longo de dois anos, R\$ 1,5 bilhão (Portal Brasil, 2016).

Com isso, a iniciativa estabelece um incentivo para que sejam cumpridas as metas do PNE (no mínimo 50% das escolas públicas e 25% das matrículas no modelo de tempo integral). Por outro lado, mesmo que todas as escolas do Ensino Médio sejam incluídas no aumento de carga horária, passando de 800 horas/ano (ou 4 horas/dia em 200 dias letivos) para 1000 horas/ano (ou 5 horas/dia em 200 dias letivos), tal aumento não será suficiente para que sejam consideradas escolas de tempo integral, com no mínimo 1400 horas/ano (ou 7 horas/dia). Além disso, uma das maiores críticas ao programa se refere à desigualdade que ele pode causar, visto que os estados e municípios com menos recursos terão menor capacidade de oferecer disciplinas eletivas se comparados aos estados e municípios ricos.

Durante os três anos do Ensino Médio, apenas as disciplinas de língua portuguesa, matemática e língua inglesa serão obrigatórias. Outras, como educação física, artes, filosofia e sociologia serão incluídas por meio da nova BNCC, mas o tempo de abordagem dessas matérias ao longo do Ensino Médio não foi estabelecido.

14. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

15. Diversas manifestações de secundaristas foram realizadas em resposta a essa reforma. Não iremos discutir neste documento o mérito da lei, a questão política que envolveu sua preparação ou as manifestações ocorridas. Nosso objetivo é avaliar a escola em tempo integral e mostrar como a reforma do Ensino Médio se relaciona com a educação em tempo integral



2

ESTUDANDO EM TEMPO INTEGRAL

a] MAIS TEMPO NA ESCOLA MELHORA O DESEMPENHO DOS ESTUDANTES?

Tamanho investimento em programas para aumentar o tempo de aula dos alunos brasileiros supõe que a escola de tempo integral é, em geral, positiva para a educação dos estudantes. Contudo, a literatura que avalia o impacto das escolas de Tempo Integral não é conclusiva. De fato, em alguns sistemas ao redor do mundo o desempenho dos estudantes melhorou significativamente com escolas de tempo integral. Há outros casos, porém, em que os resultados não melhoram nem pioram e ainda outros nos quais foi possível observar até mesmo piora no desempenho escolar quando se aumentou o tempo que os alunos passam na escola. De modo geral, os estudos indicam que apenas o aumento da carga horária não altera o desempenho dos estudantes. Apenas quando este aumento é acompanhado de outras iniciativas é que as escolas apresentam uma melhora significativa no desempenho.

Formação e dedicação integral dos professores são algumas ações tomadas por modelos que apresentaram resultados positivos para o desempenho dos estudantes. Outras mudanças importantes se referiram à infraestrutura das escolas. Modelos bem-sucedidos de adequação de escolas para o tempo integral incluíram não apenas o aumento na utilização de salas de aula, mas também a existência de bibliotecas e materiais didáticos para pesquisa, espaço para interação entre professores e oferta de refeições adicionais. Também envolveram a comunidade escolar nas atividades, aumentando a participação dos pais e responsáveis e da população ao redor da escola.

Outro importante aspecto da literatura é que os resultados das escolas de tempo integral — mesmo quando são positivos no longo prazo — muitas vezes pioram no curto prazo. Tal efeito pode ser justificado por dificuldades iniciais na implementação de tal

política. Uma explicação é que os estudantes podem ficar inicialmente desmotivados frente a tal mudança de rotina. Além disso, os professores, assim como a administração da escola, podem precisar de um tempo para se adaptar ao novo sistema. Até os responsáveis pelos alunos são parte dessa adaptação, com uma contribuição que pode ir além do aspecto da rotina. Todos esses atores são participantes ativos no processo de implementação das escolas de tempo integral e ajustes podem ser necessários em todas as etapas para que o sistema proporcione resultados positivos.

Além disso, é de essencial importância que a compreensão sobre a eficácia do tempo integral leve em consideração resultados que vão além do desempenho escolar. Algumas horas a mais na escola podem, por exemplo, reduzir a participação de jovens em crimes, o uso de drogas ou taxas de gravidez. Podem também aumentar o índice de emprego entre pais dos

Apenas quando este aumento de carga horária é acompanhado de outras iniciativas é que as escolas apresentam uma melhora significativa no desempenho.

estudantes, que poderão trabalhar enquanto seus filhos estão na escola. Assim, **existem diversos outros benefícios (mensuráveis ou não) que vão além dos resultados dos alunos nas provas.** Sendo assim, mesmo quando não observamos melhorias no desempenho dos estudantes, as escolas de tempo integral podem gerar outros ganhos para a sociedade.

b] MODELOS DE ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Existem diversos modelos de escola de tempo integral ao redor do mundo. Mesmo dentro do Brasil é possível encontrar sistemas que divergem em abrangência, objetivos, regras e medidas específicas. Isso se deve ao fato de a educação integral ir além do aumento do tempo de permanência nas escolas. Nesse contexto, os diferentes modelos podem indicar diferentes perspectivas em relação ao que é uma educação integral. **Nosso objetivo é apresentar o funcionamento de alguns dos muitos programas existentes, detalhar seus diferentes aspectos e os resultados desses sistemas em avaliações do desempenho escolar.**

Primeiro, iremos apresentar quatro programas de tempo integral no Brasil: o Programa de Educação Integral, do estado de Pernambuco; o Turno Único, do município do Rio de Janeiro; a Escola de Tempo Integral, do estado de São Paulo; e o Mais Educação, que abrange todo o país. Posteriormente, serão analisados programas de dois países da América do Sul: Chile e Uruguai.

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL, PERNAMBUCO

Segunda escola pública mais antiga em operação no Brasil, o Ginásio Pernambucano foi revitalizado física, administrativa e pedagogicamente a partir de 2002. No início do ano letivo de 2004, recebeu sua primeira turma de estudantes em tempo integral. Naquele momento, surgia o Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), primeira parceria público-privada de educação em Pernambuco, resultado de um convênio entre o governo do estado e o Instituto de Corresponsabilidade pela Educação (ICE). O ICE seria responsável por coordenar a seleção de gestores escolares e professores e por indicar onde novos centros de caráter semelhante deveriam ser implantados.

O Ginásio Pernambucano serviu de modelo para as demais escolas de tempo integral em Pernambuco.

O programa aumentou o tempo dos alunos na escola em cerca de 22%, passando de 32 horas semanais para 39 horas. Por meio dele, cada escola de Ensino Médio decide como alocar o tempo extra, em uma combinação de atividades acadêmicas e extracurriculares.

Em 2007, com base em estimativas da demanda por vagas no Ensino Médio, o governo do estado estabeleceu a meta de criar 160 escolas integrais até 2010. Em 2008, a Lei Complementar nº 125 criaria o Programa de Educação Integral, dando início à política pública de educação integral no estado. O modelo previsto pelo programa inclui escolas integrais (aulas em tempo integral em cinco dias da semana) e semi-integrais (tempo integral em dois dias da semana). Hoje são 210 escolas em tempo integral e 172 escolas em tempo semi-integral.

O total de horas dedicado às aulas de português, matemática e ciências é o mesmo nas escolas em regime semi-integral e integral. O tempo extra oferecido pelo regime integral é destinado a atividades de prática em laboratório dos componentes curriculares de física, química e biologia, tempo para estudo e pesquisa, aulas de língua estrangeira, e projetos de intervenção pedagógica.

Rosa et al. (2018) debruçaram-se sobre os resultados do Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio a fim de identificar se o programa de educação integral, iniciado em 2007, impactou nos desempenhos em língua portuguesa e matemática. Os autores fizeram um recorte de 2004 a 2014 e levaram em conta os três tipos de escolas do Ensino Médio: tempo parcial, semi-integral e integral.

O artigo investiga se o aumento no total de horas-aula nessas duas disciplinas influenciou os resultados

dos estudantes na prova estadual de avaliação de desempenho. Levando-se em conta o desempenho inicial dos estudantes, os autores verificaram que um aumento no total de horas semanais de língua portuguesa (de 4,2 para 5 horas) e de matemática (de 3,3 para 5 horas) teve um impacto positivo e significativo no desempenho dos alunos nessas duas matérias. Ao longo dos três anos do Ensino Médio, o aumento na carga horária de matemática conferiu ganhos equivalentes a meio ano de aprendizado da disciplina. Já o incremento da carga horária de língua portuguesa conferiu ganhos equivalentes a um terço de um ano de aprendizado. A grande maioria das escolas de tempo integral analisadas eram semi-integrais — e embora os dois modelos ofereçam a mesma carga horária para língua portuguesa e matemática, as integrais oferecem, também, horas de atividades complementares. Nestas, os ganhos de aprendizado para matemática são ainda maiores, equivalentes a quase um ano de aprendizado. Os autores assinalam que os impactos estimados estão relacionados à mudança do tempo parcial para integral ou semi-integral, mas é possível que outros fatores tenham influenciado os resultados.

Uma importante característica do modelo de escolas em tempo integral e semi-integral implementado em Pernambuco é a remuneração dos profissionais envolvidos: professores e diretores ganham mais que seus pares em escolas de tempo parcial. Além da gratificação por participarem do tempo integral, os docentes e gestores escolares também recebem bônus por metas alcançadas (conforme política aplicada a todos os professores da rede).

O modelo de escola em tempo integral de Pernambuco foi referência para programas análogos no restante do país. As seguintes redes de ensino, por exemplo, adotaram o modelo do Ginásio Pernambucano em parceria com o ICE: Ceará, no Ensino Médio (EM) a partir de 2009; cidade do Rio de Janeiro, no Ensino Fundamental (EF) II a partir de 2011; Goiás, no Ensino Médio (EM) a partir de 2012; estado de São Paulo, nos ensinos Médio (EM) e Fundamental (EF) II a partir de 2013; Recife, no Ensino Fundamental (EF) II a partir de 2013; Sobral (CE), no Ensino Fundamental (EF) II a partir de 2013; e Fortaleza, no Ensino Fundamental (EF) II a partir de 2013.

TURNO ÚNICO, NO RIO DE JANEIRO

Em um estudo sobre as escolas de Turno Único no município do Rio de Janeiro, Cruz, Loureiro e Sá (2017) verificam o impacto do programa no aprendizado dos estudantes. O Turno Único fez parte de uma reestruturação do sistema educacional do Rio com o objetivo de melhorar o desempenho dos alunos por meio da especialização dos professores em cada estágio do desenvolvimento estudantil. Assim, além da extensão do tempo que os alunos passam nas escolas, o Turno Único — em vigência desde 2011 — busca engajar estudantes, desenvolver habilidades de liderança e aumentar a proximidade entre professores, administradores, alunos e a comunidade em geral.

Enquanto alunos da rede pública regular contam com uma carga diária de 4 a 5 horas, esse tempo aumenta para 7 horas no modelo de Turno Único. Uma característica importante do programa é que algumas escolas são certificadas: os chamados Primários Cariocas (escolas do 1º ao 6º ano) e os Ginásios Cariocas (escolas do 7º ao 9º ano). Para serem certificadas, as instituições devem ter todos os alunos estudando em tempo integral e contar com dedicação integral da equipe de professores, com reformas nas diretrizes do currículo escolar e formação adequada dos docentes.

Os autores analisaram o efeito das escolas de Turno Único em diferentes séries e notaram que o modelo melhorou não só as taxas de aprovação, mas também o desempenho dos alunos, medido por meio do Ideb e do IDERio¹⁶. Assim, estimam que os resultados para os anos iniciais e finais do ensino fundamental foram, em geral, positivos.

Porém, é necessário ressaltar que os autores perceberam que a melhora observada no 1º segmento do Ensino Fundamental provém de uma mudança na população dos alunos das escolas — mudança essa que reduziu artificialmente a taxa de distorção idade/série nas escolas de tempo integral. Ademais, os autores falam da importância do modelo de Ginásio Carioca, pois as escolas de tempo integral que não seguem esse modelo não tiveram melhoria no desempenho.

Por fim, o estudo indica que, apesar de apresentar resultados em geral positivos, somente o aumento da carga horária no modelo de Turno Único não foi suficiente para uma mudança significativa no desempenho dos alunos. **Apenas os estudantes das escolas certificadas apresentaram um desempenho significativamente maior, indicando que a melhora dessa performance provém não só do aumento da carga horária, mas também da reestruturação das escolas (englobando a dedicação integral dos professores, por exemplo).**

ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL, EM SÃO PAULO

Aquino (2011) analisou o modelo de tempo integral na rede pública do estado de São Paulo¹⁷ por meio de dados do Censo Escolar e do SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo). A autora verificou o efeito da mudança no desempenho e na taxa de aprovação dos estudantes. Implantado em 2006, o programa Escola em Tempo

Integral (ETI) de São Paulo busca aprofundar os conhecimentos dos alunos por meio do enriquecimento das disciplinas curriculares comuns e do desenvolvimento de habilidades artísticas e esportivas.

No modelo ETI, os alunos passam 9 horas diárias nas escolas. Além das disciplinas do currículo básico, frequentam oficinas curriculares como “Hora

¹⁶. IDERio é o Índice de Desenvolvimento da Educação do Rio de Janeiro, lançado em 2009 pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro. Este índice utiliza a Prova Rio como medida de aprendizado, além da taxa de aprovação dos alunos para avaliar as escolas.

¹⁷. O programa analisado por Aquino (2001) se refere ao modelo Escola em Tempo Integral (ETI) instituído em 2006 pela Resolução SE-SP n. 89 de 09/12/2005. Atualmente, este modelo atende 48 mil alunos de 226 escolas (Governo do Estado de São Paulo, 2018). Em 2012, um novo programa de educação em tempo integral foi implementado no estado, o Programa Ensino Integral (PEI), instituído pela Lei Complementar n.1.164, de 4 de janeiro de 2012. O novo programa atende 104 mil alunos em 308 escolas. As principais mudanças do novo modelo instaurado em 2012 se referem à existência de (1) instrumentos para acompanhar e monitorar o trabalho pedagógico dos professores; (2) planos de formação continuada para a equipe escolar; e (3) matriz curricular incluindo uma base comum a todas as escolas, uma parte diversificada e atividades complementares eletivas como foco no protagonismo juvenil (Ostler, 2017). Tal matriz se assemelha à matriz curricular do programa “Ginásio Carioca”.

da Leitura”, “Experiências Matemáticas”, “Língua Estrangeira Moderna”, “Informática Educacional”, “Atividades Artísticas, Esportivas e Motoras” e “Atividades de Participação Social”. As escolas estimulam também a alimentação adequada, o lazer e cuidados pessoais, incentivando o respeito mútuo, o compromisso e o desenvolvimento de um senso de responsabilidade com a escola e a comunidade.

Os resultados observados mostram que as escolas de tempo integral não apresentaram melhora no desempenho em matemática. Em português, a performance dos alunos teve um crescimento modesto. Ademais, não ocorreram avanços nas taxas de aprovação. Assim, o desempenho dos alunos e a taxa de aprovação em escolas de tempo integral não foi diferente, em média, dos resultados de escolas que não entraram no programa.

Aquino aponta para o fato de o período de análise ter sido curto. O tempo de adaptação ao programa

pode explicar o modesto reflexo no desempenho dos estudantes. Além disso, a pesquisa sugere que diversos outros fatores podem limitar os resultados da ETI. Como exemplos, falta de coordenação e de professores dentro da escola e, principalmente, de motivação dos alunos. Alguns problemas como degradação do espaço físico e aumento do número de estudantes por turma podem também acarretar efeitos negativos para as ETIs.

Por último, esta análise ressalta que as atividades escolhidas para o tempo extra são essenciais para determinar o sucesso da iniciativa. No caso de São Paulo, apenas algumas oficinas estavam diretamente ligadas à melhoria do aprendizado de português e matemática. Segundo Aquino, a maioria das atividades extras proporcionadas pelo tempo integral eram recreativas. Ou seja, como a intenção das oficinas não era reforçar o aprendizado escolar, os professores muitas vezes apresentavam aos alunos jogos, filmes e brincadeiras com fins exclusivamente recreativos.

MAIS EDUCAÇÃO, BRASIL

Outro importante estudo avaliou o impacto do programa *Mais Educação* no Brasil. Almeida e coautores (2016) analisaram o desempenho de alunos do 5º e do 9º ano por meio de notas da Prova Brasil em português e matemática e as taxas de evasão dos estudantes relativas aos respectivos fluxos (1º ao 5º ano e 6º ao 9º ano) no Censo Escolar. Eles estudaram o período de 2007 a 2011 e compararam escolas que participaram do programa com escolas que não foram incluídas.

Nos resultados da Prova Brasil em português, Almeida et al. (2016) não encontraram nenhum efeito do programa. Nas taxas de evasão, os índices também não melhoraram nem pioraram. Por outro lado, nas notas de matemática, o desempenho piorou para os alunos que participaram do programa em relação aos demais estudantes utilizados em comparativo. Os autores analisaram separadamente escolas que escolheram como atividade de suporte pedagógico português ou matemática; cultura e artes; esportes; educação ambiental; e inclusão digital. Independentemente do campo escolhido, o efeito no desempenho foi inexistente ou negativo.

Eles estimaram também que a piora observada em matemática ocorreu mais fortemente no início do programa, podendo refletir, por exemplo, os desafios na implementação do *Mais Educação* ou a desmotivação dos alunos durante a mudança. É possível, assim, que esses resultados melhorem com o tempo. Outro fator importante é que as atividades são oferecidas por voluntários, que não precisam ser professores. Além disso, nem todos os alunos das escolas são parte do programa, apenas aqueles que se associam, já que cada escola pode selecionar quantos e quais estudantes participarão do *Mais Educação* em um determinado ano. Tais fatores podem explicar os efeitos negativos do programa na performance estudantil.

Em relação à taxa de evasão, os autores também não encontraram aspectos conclusivos que indiquem que o *Mais Educação* surtiu efeito na média, já que ela progrediu na mesma proporção para escolas participantes e não participantes. Porém, a pesquisa mostra que a cada R\$ 100 investidos por meio do programa por estudante do 5º ano, a taxa de evasão foi reduzida em 1 ponto percentual. Tal efeito poderia explicar o porquê

de o desempenho ter piorado: alunos com notas piores evadem menos, reduzindo o resultado médio das escolas participantes. Isso indica que tal redução na média desses estudantes não é de todo ruim, já que ao menos alguns deles ganham mais anos de estudo como consequência do programa.

Os autores estimam ainda que, quanto mais alto o PIB *per capita* do município no qual a escola está localizada, mais positivo é o efeito do *Mais Educação no desempenho em matemática e na redução da taxa de evasão*. Todavia, a pesquisa também mostra que os objetivos do programa vão além de uma melhora do desempenho em português e matemática, e, por isso, é importante analisar outros resultados. Por fim, é preciso avaliar tais resultados no longo prazo, após um período inicial de adaptação ao programa.

Tal efeito poderia explicar o porquê de o desempenho ter piorado: alunos com notas piores evadem menos, reduzindo o resultado médio das escolas participantes. Isso indica que tal redução na média desses estudantes não é de todo ruim, já que ao menos alguns deles ganham mais anos de estudo como consequência do programa.

“ESCUELAS DE TIEMPO INTEGRAL”, NO CHILE

Existem diversos estudos que analisam os efeitos das escolas de tempo integral na América Latina. A reforma conhecida como Jornada Escolar Completa (JEC) foi implementada a partir de 1997 com o objetivo de aumentar o tempo instrucional em cerca de 30% (1,4 horas por dia) de todos os alunos do 3º ao 12º ano¹⁸ das escolas chilenas financiadas pelo governo. Em um processo gradual, o Estado investiu na criação de novas escolas e na infraestrutura das já existentes, construindo, por exemplo, salas de aula extras, banheiros e refeitórios. Até 2010, todas as unidades financiadas pelo poder público deveriam oferecer apenas turnos integrais. Em termos de alcance, 20% dos estudantes frequentavam escolas em tempo integral em 1997 — essa proporção disparou para quase 100% em 2014.

De acordo com a regulação da JEC, cada escola de Ensino Médio decide como alocar o tempo extra, em uma combinação de atividades acadêmicas e extra-curriculares. Em média, 42% do tempo adicional foi

investido em instrução acadêmica, principalmente nas áreas de linguagem e matemática.

Comparando notas no SIMCE¹⁹, Bellei (2009) estima um impacto positivo no desenvolvimento acadêmico dos estudantes em matemática e linguagem. O autor mostra que os efeitos no início foram modestos para as escolas que aderiram. Mas após um período de adaptação — que permitiu que as instituições se ajustassem às mudanças e aprendessem como usar o tempo adicional com mais eficácia — o impacto foi mais perceptível. Outra conclusão importante é que escolas em zonas rurais apresentaram taxas mais altas de melhora quando comparadas com escolas em zonas urbanas. Isso indica que a extensão do tempo de aula foi mais importante para estudantes de zonas rurais.

O estudo de Berthelon e Kruger (2011), por outro lado, avalia o comportamento de risco de alunos participantes do programa de tempo integral no Chile, como, por exemplo, o envolvimento em atividades criminosas. Os autores sugerem que apenas aumentar o tempo que

18. Originalmente, as escolas teriam de expandir, até 2007, a jornada do 3º ao 12º ano, mas na prática quase todas implementaram a reforma do 1º ao 12º ano.

19. SIMCE é o Sistema Nacional de Avaliação de Aprendizagem do Chile.

os alunos permanecem sob vigilância na escola pode afetar as decisões e oportunidades desses adolescentes, reduzindo a chance de se envolverem em situações de risco. De acordo com o estudo, um aumento de 20% na proporção de alunos que frequentam escolas em tempo integral em determinado município reduz o envolvimento com a criminalidade entre 11% e 24%. Para a taxa de gravidez precoce entre jovens de baixa renda em áreas urbanas, a redução é de cerca de 3%.

Berthelon e Kruger (2011) analisaram também as taxas de gravidez na adolescência nas escolas de tempo integral e as taxas de criminalidade municipais. Os autores mostram que, em média, a cada 20% de aumento na cobertura do programa de tempo integral em escolas públicas, a taxa de gravidez na adolescência cai 3%. Por outro lado, para um aumento de 20% na cobertura, a taxa de crimes cometidos por jovens diminui 19% no total de crimes, sendo um decréscimo de 24% nos crimes de propriedade e 11% nos crimes violentos registrados por município.

Os autores concluem, portanto, que o acesso a escolas de tempo integral diminui a chance de jovens se

tornarem mães adolescentes e de se envolverem em atividades criminosas, seja por fazer com que os estudantes tenham menos tempo para se engajar nesses tipos de comportamento ou por permitir uma mudança na sua tomada de decisão.

Os estudos citados acima analisam os efeitos de curto prazo da reforma chilena. Dominguez e Ruffini (2018), por sua vez, analisam efeitos de longo prazo, que se manifestam quando ex-estudantes de escolas em tempo integral chegam à casa dos vinte aos trinta anos. Os autores verificaram que a extensão dos dias letivos efetuada pela JEC aumenta a taxa de conclusão do ensino médio e a probabilidade de o aluno vir a ter uma ocupação mais especializada, conseqüentemente, melhor remunerada. Estendendo-se à análise de Berthelon e Krueger (2011) citada acima, eles observam também que o ensino em tempo integral posterga a gravidez entre os jovens. Considerando que a maternidade pode reduzir o acesso desses jovens ao mercado de trabalho, o fato de os estudantes matriculados em tempo integral terem filhos mais tarde impacta positivamente no ingresso dos mesmos no mercado de trabalho.

“ESCUELAS DE TIEMPO INTEGRAL”, NO URUGUAI

O sistema de escolas de tempo integral no Uruguai foi implementado a partir de 1996, promovendo não apenas uma ampliação da carga horária, mas também uma série de medidas para torná-la possível. Com foco em escolas em desvantagem socioeconômica, enfatizou a oferta de condições para que estudantes e professores pudessem alcançar os resultados pretendidos. Adição de salas de aula, fornecimento de equipamentos e materiais didáticos e aumento do quadro e do treinamento de professores foram algumas medidas para a implantação do programa.

O governo uruguaio também alterou o número sugerido de alunos por turma e formou um comitê de professores para discutir as atividades acadêmicas. Os docentes, neste caso, são pagos para discutir, planejar e avaliar o trabalho de outros professores.

Duas outras importantes diferenças em relação a outros programas de tempo integral foram (1) a participação crescente da comunidade nas escolas e (2) o treinamento universal para todos os professores das escolas de tempo integral.

Cerdan-Infantes e Vermeersch (2007) analisaram estudantes do 6º ano em escolas de tempo integral. Utilizando as notas em matemática e linguagem da Avaliação Nacional de Aprendizagem (*Evaluación Nacional de Aprendizajes*)²⁰, os autores compararam escolas participantes com outras que não entraram no programa. Os resultados mostram uma melhora significativa no desempenho dos alunos em matemática e uma melhora inferior, mas ainda existente, em linguagem.

20. A Avaliação Nacional de Aprendizagem do Uruguai engloba uma série de avaliações nacionais de aprendizagem em linguagem, matemática e ciências naturais, aplicadas ao 6º ano do Ensino Básico. As avaliações foram iniciadas em 1996 e são realizadas atualmente a cada 4 anos. Mais informações em: <http://www.anep.edu.uy/sea/?p=5041> (Acesso em 3 de janeiro de 2018).

OUTROS MODELOS: EXPANDINDO O DIA ESCOLAR

Alfaro, Evans e Holland (2015) comparam os resultados de 19 estudos realizados na América Latina e no Caribe e analisam especificamente o programa de tempo integral do Uruguai. Eles argumentam que, em média, os resultados do aumento do dia escolar são positivos, mas que as reformas devem ir além da carga horária para alcançar seus objetivos.

Um dos principais fatores que impactam na variação observada nos resultados, segundo Alfaro, Evans e Holland (2015), foi a forma como as horas extras são trabalhadas: usá-las para dar suporte a alunos com dificuldades, por exemplo, pode melhorar seus desempenhos. Por outro lado, graças ao interesse dos estudantes por essas atividades, usar o

tempo extra para artes ou esportes pode melhorar características como comportamento de risco ou taxas de evasão, mas não necessariamente o desempenho acadêmico. Como outros estudos também mostram, o fato de os estudantes passarem mais tempo supervisionados pode diminuir a exposição a fatores de risco.

Outra importante questão discutida por Alfaro, Evans e Holland (2015) é que a motivação dos professores é essencial para que o programa possa gerar bons resultados. Os autores sugerem que recompensá-los financeiramente pela carga adicional de trabalho é uma maneira eficaz de garantir que não haverá diminuição de seus esforços.



3] CUSTOS X BENEFÍCIOS: A ESSÊNCIA DA QUESTÃO

MAIS TEMPO NAS ESCOLAS OFERECE A PROFESSORES UMA CHANCE MAIOR DE FORNECER SUPORTE ADICIONAL a alunos que precisam. Tal condição tem o potencial de melhorar o entusiasmo de jovens e crianças pelas escolas, reduzindo as taxas de evasão. Além disso, mais tempo na escola significa mais tempo de supervisão, diminuindo as chances de os estudantes serem expostos ao crime e à violência, por exemplo. Ademais, os pais dessas crianças podem trabalhar mais, aumentando consequentemente a renda (Alfaro et al, 2015).

Entretanto, a relação custo-benefício de programas de tempo integral foi pouco estudada. Para a implantação de um programa que influencia tão fundamentalmente a organização dos sistemas escolares, é essencial que gestores públicos calculem os custos reais de fornecer uma educação de qualidade no tempo extra, a fim de estimar se o benefício dessa mudança justifica o investimento para implementá-la.

A escola de tempo integral nem sempre gera os benefícios esperados. Os resultados encontrados em diferentes estudos são muitas vezes pequenos ou inexistentes ou o benefício se reflete em fatores que não são facilmente observáveis e que podem se revelar apenas no longo prazo. Além disso, os custos para a implantação



A implementação de programas de tempo integral exige tanto um investimento inicial significativo, para que as escolas possam receber os alunos em período integral, quanto um investimento periódico, que permita o funcionamento do programa.

de programas de educação em tempo integral são altamente elevados graças às diversas mudanças que devem ocorrer no sistema para permitir que as crianças passem mais tempo na escola e para garantir que esse tempo seja proveitoso.

A implementação de programas de tempo integral exige tanto um investimento inicial significativo, para que as escolas possam receber os alunos em período integral, quanto um investimento periódico, que permita o funcionamento do programa. A maioria das escolas no Brasil, hoje, não tem construções preparadas para a rotina do tempo integral e são ocupadas por dois ou mais grupos de alunos que se revezam no uso do espaço.

Assim, novas escolas devem ser construídas ou escolas existentes, adaptadas para expandir o tempo de todos os alunos nessas instituições. Na prática, exceto em poucos ganhos em escala observados em estudantes com registro duplo, dobrar o tempo de aula em uma rede significa dobrar o número de alunos em um certo período diário. Isso torna a reforma das escolas uma condição necessária para a implementação de projetos de estudo integral (Cavaliere, 2014).

Além da infraestrutura, os professores são fatores-chave para o sucesso do tempo integral. Sem o aumento do número de professores, o turno integral significa crescimento da relação de alunos por turma. Como a atenção do professor e o desempenho dos alunos são impactados por esta relação, o aumento do número de alunos por turma pode influenciar negativamente nos efeitos potenciais do tempo adicional de aula. Por outro lado, a contratação de novos professores também gera aumentos de custo.

Por fim, programas de tempo integral requerem um aumento significativo do investimento educacional. No Uruguai, por exemplo, as escolas de tempo integral que apresentam melhora no desempenho dos alunos apresentam um custo 76% maior que escolas de tempo parcial (Alfaro et al, 2015). Considerando apenas o desempenho dos estudantes, tal aumento de custo não leva necessariamente a um retorno efetivo do investimento. Ou seja, considerando apenas os ganhos acadêmicos, as escolas de tempo parcial podem ser mais eficientes em melhorar os resultados se adotarem outras políticas mais eficazes e menos custosas.



4]

APRENDIZADOS PARA O BRASIL

PROGRAMAS DE TEMPO INTEGRAL GERALMENTE SÃO FORMULADOS com o objetivo de melhorar o aprendizado dos alunos matriculados. Este aprendizado, por sua vez, pode ser medido por avaliações padronizadas por rede de ensino ou país ou por meio de parâmetros mundiais. No entanto, percebemos que **nem sempre os programas obtêm os resultados desejados** e que as diferenças entre esses resultados são explicadas pelas variações nas características de cada programa. Em termos gerais, programas que apenas aumentam a carga horária dos alunos não atingem os objetivos esperados. A Tabela 2 apresenta um resumo dos programas descritos neste relatório, assim como seus respectivos resultados.

TABELA 2: RESUMO DOS PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

PROGRAMA	O QUE ENVOLVE	O QUE DEU CERTO	O QUE NÃO DEU CERTO
Programa “Educação Integral” de Pernambuco	<p>Escola Semi-Integral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Turno integral em dois dias da semana. - Aumento na carga horária de matemática (de 3,3h para 5h), de língua portuguesa (de 4,2h para 5 h) e de ciências (de 5h para 7,5h). - Incremento no salário de professores e diretores. <p>Escola Integral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Turno integral em cinco dias da semana. - Aumento na carga horária de matemática (de 3,3h para 5h), de língua portuguesa (de 4,2h para 5h) e de ciências (de 5h para 7,5h). - 2,5h de atividades em laboratório e 3,3h de leitura e pesquisa dirigidas. - Incremento no salário de professores e diretores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Medido pelo desempenho em língua portuguesa e matemática, o aprendizado dos alunos melhorou de forma significativa nos dois modelos, tendo apresentado desempenho ainda melhor no modelo integral. 	<ul style="list-style-type: none"> - As críticas ao programa se devem, em geral, ao fato de este incorporar técnicas de gestão de natureza empresarial em detrimento de preocupações pedagógicas.
Turno Único no Rio de Janeiro	<p>Em todas as escolas do programa:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Extensão no tempo para 7 horas/dia. - Reforma no currículo escolar. - Melhora na comunicação entre secretaria, coordenadorias regionais e escolas. <p>Em escolas certificadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Medidas mencionadas acima. - 100% dos alunos em tempo integral. - Dedicção integral da equipe de professores. - Formação de professores. 	<ul style="list-style-type: none"> - Nas escolas certificadas, melhora no desempenho dos alunos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento apenas da carga-horária não foi suficiente. - Em relação ao aprendizado, não ocorre melhora no desempenho de escolas não certificadas.
ETI São Paulo	<ul style="list-style-type: none"> - Extensão no tempo para 9 horas/dia. - Oferta de oficinas de língua estrangeira, educação física e artística e informática nas horas extras. 	<ul style="list-style-type: none"> - Possível impacto no comportamento dos alunos e no desenvolvimento de outras habilidades. 	<ul style="list-style-type: none"> - Não houve melhora significativa no desempenho e na taxa de aprovação dos alunos. - No início do programa os resultados de desempenho e as taxas de aprovação foram ainda menores. - Falta de coordenação dentro da escola, de professores e de motivação dos alunos. - Inadequação do espaço físico. - Aumento do número de alunos por turma. - As poucas atividades escolhidas para o tempo extra não são diretamente ligadas às áreas avaliadas no desempenho dos alunos.
Mais Educação	<ul style="list-style-type: none"> - Extensão no tempo para 7 horas/dia. - Diretrizes fornecidas pelo governo federal, mas planejamento e alocação dos recursos são decididos por escola. - Renovação do currículo (incluindo cidadania, meio ambiente, direitos humanos, cultura, artes, saúde e educação econômica). - Uma das atividades selecionadas deve oferecer suporte pedagógico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Taxa de evasão: a cada R\$ 100 investidos por meio do programa por estudante do quinto ano, a taxa de evasão foi reduzida em 1 ponto percentual. - Alunos com baixo desempenho permanecem mais tempo nas escolas. - Escolas de municípios com alto PIB <i>per capita</i> apresentam melhora em matemática e na taxa de evasão no quinto ano. 	<ul style="list-style-type: none"> - Atividades de suporte pedagógico não são relacionadas à melhora no desempenho. - Apesar de aumentar a permanência de jovens com baixo desempenho na escola, a implementação do programa tem impacto negativo no desempenho geral de matemática.

(CONT.)

PROGRAMA	O QUE ENVOLVE	O QUE DEU CERTO	O QUE NÃO DEU CERTO
ETI Chile	<ul style="list-style-type: none"> - Extensão no tempo para 39 horas/semana. - Criação de novas escolas e mudanças na infraestrutura de escolas existentes. - Todas as escolas financiadas pelo poder público devem oferecer tempo integral. - 42% do tempo extra, em média, foi investido em instrução acadêmica. - Aumento permanente do valor investido por estudante, realizado mensalmente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhora do aprendizado dos alunos em espanhol e matemática. - Maior impacto em alunos de áreas rurais e de escolas públicas (em relação a escolas privadas financiadas pelo governo) - O aumento do número de escolas de tempo integral diminui as taxas de gravidez na adolescência e de criminalidade municipais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Para a implementação do programa, é necessário um tempo de ajuste para que alunos, professores e escolas se adaptem e a iniciativa atinja os resultados esperados.
ETI Uruguai	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação da carga horária. - Foco em escolas com desvantagem socioeconômica. - Adição de salas de aula e fornecimento de equipamentos e materiais didáticos. - Aumento do quadro e do treinamento universal de professores. - Alteração no número sugerido de alunos por turma. - Criação de comitês de professores para discussão de atividades acadêmicas. - Participação crescente da comunidade nas escolas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Há um impacto maior no aprendizado em escolas em desvantagem socioeconômica. 	<ul style="list-style-type: none"> - Professores sem experiência são associados a um pior desempenho dos alunos.

Programas de sucesso incentivaram a inclusão de matérias de suporte pedagógico, que vão além de jogos e dinâmicas recreativas.

Em resumo, estes programas mostram que escolas de tempo integral podem ter um impacto positivo na aprendizagem, no desempenho e na redução da evasão dos alunos. Mas para que tais efeitos possam ser observados, os fatores mais indicativos são: o currículo escolar, a estrutura da escola, os professores e os alunos e o uso do tempo extra (Figura 4).

Em relação ao currículo escolar, a literatura mostra que propostas de sucesso (1) elaboraram reformas curriculares, modificando os componentes básicos do currículo; e (2) adaptaram o currículo para as necessidades locais das escolas. Ademais, em relação à infraestrutura, tanto a existência de salas de

aula, refeitórios, bibliotecas e laboratórios adequados, quanto a disponibilidade de materiais didáticos estavam presentes em programas que levaram à melhora no desempenho estudantil.

Sobre os professores, os fatores usualmente presentes em programas com melhora no desempenho são: (1) a dedicação integral e (2) a formação adequada da equipe. Alguns programas também relacionam maior experiência dos professores com os resultados positivos, mas poucos estudos analisam programas com essas características para confirmar este resultado. Ademais, programas de sucesso também consideraram tanto (1) a motivação dos alunos, quanto (2) o número de alunos por turma durante sua implementação.

Por fim, a forma de utilização do tempo extra é de importância fundamental. Programas de sucesso incentivaram a inclusão de matérias de suporte pedagógico, que vão além de jogos e dinâmicas recreativas. Outro ponto importante é que tais matérias, quando oferecidas por profissionais formados, apresentaram resultados melhores junto aos estudantes. Caso os profissionais sejam voluntários, é necessário que o programa exija experiência mínima ou capacitação para garantir a qualidade do desenvolvimento do programa.

FIGURA 4. CARACTERÍSTICAS DE PROGRAMAS DE TEMPO INTEGRAL



[REFERÊNCIAS

- ALFARO, P.; Evans, D. K.; Holland, P. (2015). Extending the School Day in Latin America and the Caribbean. *Policy Research working paper*; no. WPS 7309; Education Global Practice Group. Washington, D.C.: World Bank Group.
- ALMEIDA, R.; Bresolin, A.; Pugiatti, B. S. B.; Mendes, K.; Menezes-Filho, N. A. (2016) Assessing the Impacts of Mais Educação on Educational Outcomes: Evidence between 2007 and 2011. *Policy Research working paper*; no. WPS 7644; Impact Evaluation series. Washington, D.C.: World Bank Group.
- AQUINO, J. (2011) *A ampliação da jornada escolar melhora o desempenho acadêmico dos estudantes? Uma avaliação do programa Escola de Tempo Integral da rede pública do Estado de São Paulo*. Tese, Escola Superior de Agricultura "Luiz Queiroz". Piracicaba: Universidade de São Paulo.
- BELLEI, C. (2009). Does lengthening the school day increase students' academic achievement? Results from a natural experiment in Chile. *Economics of Education Review*; v. 28, Issue 5, October 2009, Pages 629-640.
- BERTHELON, M. E.; Kruger, D. I. (2011). Risky behavior among youth: Incapacitation effects of school on adolescent motherhood and crime in Chile. *Journal of public economics*, 95(1), 41-53.
- BRASIL (2015). Plano Nacional De EDUCAÇÃO PNE 2014-2024. Diretoria de Estudos Educacionais, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, Brasil.
- CAVALIERE, A. M. (2007). Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação e Sociedade*, 28(100), 1015-1035.
- CAVALIERE, A. M. (2014). Escola Pública De Tempo Integral No Brasil: Filantropia Ou Política De Estado? *Educação & Sociedade*, 35 (129), outubro-diciembre, 1205-1222. Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil.
- CERDAN-INFANTES, P.; Vermeersch, C. (2016). More Time is Better: An Evaluation of the Full Time School Program in Uruguay. *Policy Research working paper*; no. WPS 4167; Impact Evaluation series. Washington, D.C.: World Bank Group.
- CRUZ, T.; Loureiro, A.; Sa, E. (2017). Full-time teachers, students, and curriculum: the single-shift model in Rio de Janeiro. *Policy Research working paper*; no. WPS 8086; Impact Evaluation series. Washington, D.C.: World Bank Group.
- DOMINGUEZ, P., & Ruffini, K. (2018) *Long-Term Labor Market Effects of Longer School Days: Evidence from Chile*. Association for Education Finance and Policy (AEFP), 2018.
- GOVERNO do Estado de São Paulo. (2018). Escola em Tempo Integral. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.educacao.sp.gov.br/escola-tempo-integral>>, acesso em 05/07/2018.
- LIMA, U. D. C. W. (2013). O Programa de Educação Integral das Escolas de Referência em Pernambuco (2008-20013). *Revista Gestão Pública Práticas e Desafios*. Volume IV, número 2, Outubro 2013.
- MINISTÉRIO da Educação (2016). Programa Novo Mais Educação: Documento Orientador – Adesão. Versão 1, Outubro. Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral, Coordenação Geral de Ensino Fundamental.
- MINISTÉRIO da Educação (2017). Programa Novo Mais Educação: Caderno de Orientações Pedagógicas. Versão 1. Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Currículos e Educação Integral, Coordenação Geral de Ensino Fundamental.
- OSTLER, D. A. (2017). Escola e Programa na Educação Integral: Abordagens e Singularidades. *Cadernos de Educação*, v.16(33), jul.-dez.
- PERNAMBUCO. Instrução Normativa no 01, de 28 de fevereiro de 2012. Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Executivo, Pernambuco, PE, 28 fev.2012.
- PORTAL Brasil (2016). Entenda o Novo Ensino Médio. Cidadania e Justiça, Governo do Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2016/09/entenda-o-novo-ensino-medio>>, acesso em 10/01/2018.
- ROSA, L.; Bettinger, E.; Carnoy, M.; Dantas, P. (2018). *Time to Teach? The Impact of Increased Instructional Time on Student Outcomes*. Artigo não publicado. Centro Lemann para Empreendedorismo e Inovação na Educação Brasileira.



DADOS PARA UM DEBATE
DEMOCRÁTICO NA EDUCAÇÃO

**O D3E É UM GRUPO DE PROFISSIONAIS
QUE ACREDITA QUE O CONHECIMENTO
TÉCNICO E CIENTÍFICO É ESSENCIAL PARA O
DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS
MAIS EFICAZES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.**

Nosso objetivo é aproximar o conhecimento técnico e científico dos poderes executivo e legislativo, interpretando evidências às necessidades desses atores e incluindo diferentes pontos de vista no processo democrático de debate sobre políticas públicas.

Com esse propósito, atuamos na elaboração de relatórios que consolidam aprendizados sobre tópicos educacionais no Brasil e no mundo. Nossos relatórios são preparados por pesquisadores colaboradores do D3E. Ademais, disseminamos os conteúdos produzidos entre educadores, gestores públicos, membros da academia e da sociedade civil, de modo de enriquecer o debate educacional.

[QUEM SOMOS

Tassia Cruz

Diretora de Conhecimento e Pesquisa do D3E e professora da Escola de Políticas Públicas e Governo da FGV. PhD em Economia da Educação e mestrado em Economia [Universidade de Stanford, EUA]

Maurício Holanda

Diretor de Relações Institucionais e Governamentais do D3E e consultor legislativo da Câmara dos Deputados para a área de “Educação, Cultura e Esporte”. Mestrado e doutorado em educação [Universidade Federal do Ceará – UFC].

João Cossi

Diretor executivo do D3E e consultor independente para projetos em educação. Mestrado em educação [Universidade de Stanford, EUA].

David Plank

Conselheiro sênior do D3E e professor pesquisador da Escola de Educação da Universidade de Stanford (EUA) e codiretor do Centro Lemann.

Felipe Michel (CONSELHO)

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental no Estado de Minas Gerais (licenciado). Mestrado em Educação [Universidade de Stanford, EUA].

Martin Carnoy (CONSELHO)

Professor da Escola de Educação da Universidade de Stanford (EUA) e codiretor do Centro Lemann.

[RELATÓRIO

Revisão Emanuella Sombra

Projeto gráfico LABIRIN.TO

Diagramação Amélia Paes e Thiago Lyra

Impressão MS editora e gráfica LTDA

Imagens Freepik



DADOS PARA
UM DEBATE
DEMOCRÁTICO
NA EDUCAÇÃO